

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS.....	23
INTRODUÇÃO.....	25

Capítulo I

O FATO JURÍDICO NO PLANO DA TEORIA GERAL DO DIREITO	29
1. Considerações iniciais.....	29
2. Sobre o sentido da expressão “fato jurídico”	31
3. Variações doutrinárias em torno da noção de fato jurídico.....	32
4. A teoria de Pontes de Miranda	34
5. Análise conclusiva	37
6. Tipologia dos fatos jurídicos.....	40
7. Os elementos do suporte fático e os reflexos no ingresso e passagem do fato jurídico nos planos do mundo jurídico.....	41

Capítulo II

OS FATOS JURÍDICOS PROCESSUAIS	43
1. A teoria do fato jurídico e a Teoria Geral do Direito Processual.....	43
2. Conceito de ato (fato) jurídico processual.....	47
2.1. Concepção de Chiovenda.....	48
2.2. Concepção de Liebman.....	50
2.3. Concepção de Satta	52
2.4. Concepção de Calmon de Passos.....	52

2.5. Concepção de Paula Costa e Silva.....	54
2.6. Os atos jurídicos não procedimentais que produzem efeitos no processo. Concepção de Fredie Didier Jr. e Paula Sarno Braga	56
2.7. A definição legislativa de “ato processual” e sua insuficiência.....	57
2.8. Avaliação conclusiva sobre as diferentes concepções	59
2.9. Proposta de conceituação dos fatos jurídicos (<i>lato sensu</i>) processuais....	67
2.9.1. Crítica à ideia da divisão entre eficácia imediata ou mediata como dado relevante para indicar a “processualidade” do fato ...	69
2.9.2. O núcleo do suporte fático do fato jurídico (<i>lato sensu</i>) processual.....	73
3. Fatos processuais e situações jurídicas processuais	75
4. Um breve regresso a Goldschmidt.....	75
5. Das situações jurídicas às situações jurídicas processuais. Proposta de tipologia.....	78
5.1. Situações jurídicas processuais não relacionais.....	82
5.2. Relações jurídicas processuais.....	87
5.2.1. Objeção de Goldschmidt à noção de relação jurídica processual.....	88
5.2.2. O processo como procedimento em contraditório. Crítica de Fazzalari ao conceito de Bülow.....	90
5.2.3. Objeções de Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero ao conceito tradicional de relação jurídica processual	91
5.2.4. Avaliação conclusiva.....	92

Capítulo III

TIPOLOGIA DOS FATOS PROCESSUAIS	101
1. A importância de classificar os fatos jurídicos processuais	101
2. Classificação “subjetiva” dos fatos processuais	102
3. Classificação proposta por Goldschmidt	104
4. Classificação proposta por Cernelutti	106
4.1. Classificação técnica dos atos processuais	106
4.2. Classificação jurídica dos atos processuais.....	109
4.2.1. Classificação conforme os efeitos dos atos processuais.....	110
4.2.2. Classificação conforme a finalidade dos atos processuais	111
4.2.3. Classificação conforme a estrutura dos atos processuais	113

4.3. Quadro sintético	115
5. Outras classificações. A Classificação tradicionalmente adotada pela doutrina brasileira	116
6. Classificação dos fatos processuais segundo os elementos nucleares do suporte fático da norma jurídica processual. Critério adotado por Fredie Didier Jr. e Paula Sarno Braga.....	119
7. Balanço conclusivo das diferentes classificações.....	121
8. Aproximação conceitual dos diferentes tipos de fatos jurídicos <i>lato sensu</i> processuais.....	128
8.1. Fatos jurídicos <i>stricto sensu</i> processuais	129
8.2. Atos-fatos jurídicos processuais	132
8.3. Atos jurídicos <i>stricto sensu</i> processuais	136
8.4. Negócios jurídicos processuais	137

Capítulo IV

OS NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS.....	139
1. O negócio jurídico na Teoria Geral do Direito	139
2. Algumas concepções em torno do conceito de negócio jurídico.....	140
2.1. Teorias “subjetivas”. O “dogma da vontade” nos atos negociais	142
2.2. Teoria “preceptiva”. O negócio jurídico como norma jurídica	146
2.3. O negócio jurídico como ato de autonomia privada. Teoria da autorregulação de interesses.....	149
2.4. Crítica. Distinção entre ato jurídico <i>stricto sensu</i> e negócio jurídico	151
3. O autorregramento da vontade	155
4. Autonomia da vontade, autonomia privada ou autorregramento da vontade?	157
5. Negócio jurídico processual. Primeira aproximação.....	158
5.1. Breve notícia histórica	159
5.2. Algumas objeções ao negócio jurídico processual	162
5.3. A aceitação doutrinária.....	166
5.3.1. O negócio processual segundo a doutrina estrangeira.....	166
5.3.2. O negócio processual na doutrina brasileira.....	172
6. Justificação do conceito de negócio jurídico processual na atualidade	175
7. Os limites do autorregramento da vontade no processo e o formalismo processual	184

8. O regime jurídico aplicável aos negócios processuais.....	188
9. Os sujeitos do negócio jurídico processual.....	198
10. Enunciado textual e negócio jurídico processual.....	201
11. Tipologia dos negócios processuais.....	203
12. O negócio jurídico processual nos planos da existência, validade e eficácia.....	206
12.1. Plano da existência.....	209
12.2. Plano da validade.....	211
12.3. Plano da eficácia.....	212

Capítulo V

NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS JUDICIAIS.....	217
1. Esclarecimento inicial.....	217
2. Jurisdição e criação judicial.....	218
3. Decisão judicial e interpretação.....	221
3.1. Breve nota sobre a discricionariedade judicial.....	224
3.2. Interpretação e limites textuais para a atuação criativa do juiz.....	227
4. Entre o enunciado e o fato jurídico. A sentença (decisão) como ato jurídico <i>stricto sensu</i> , ato-fato jurídico e negócio jurídico processual.....	232
4.1. A sentença como ato-fato jurídico. A eficácia jurídica dos precedentes.....	233
4.2. A decisão judicial como ato jurídico <i>stricto sensu</i>	238
5. Negócios jurídicos processuais e “provimentos”.....	239
6. A decisão judicial como negócio processual.....	243
7. Negócios processuais, decisões condicionais e decisões sujeitas a termo.....	247
8. Casuística do negócio jurídico processual judicial. Análise concreta do poder geral de efetivação.....	251

Capítulo VI

NEGÓCIOS PROCESSUAIS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015.....	261
1. Consideração inicial.....	261
2. A norma fundamental de respeito ao autorregramento da vontade no processo.....	262
3. A cláusula geral de negociação sobre o processo.....	265

3.1. Acordos sobre o procedimento	266
3.2. Negócios sobre ônus, faculdades e deveres processuais	269
4. Vinculação do juiz aos negócios processuais	269
5. Momento para celebração dos negócios jurídicos sobre o processo	272
6. Controle da validade dos negócios processuais das partes	273
7. Controle da validade dos negócios processuais atípicos	273
7.1. Direitos que admitam autocomposição	275
7.2. Partes plenamente capazes	278
7.3. Manifesta situação de vulnerabilidade	281
7.4. Inserção de convenções sobre o processo em contratos de adesão	284
7.5. Limites objetivos ao exercício do poder de autorregramento processual: a licitude, determinação e possibilidade do objeto	286
8. Revogação do negócio jurídico processual	289
9. Resilição dos negócios jurídicos processuais	290
10. Alegação de descumprimento do negócio jurídico processual	292
11. Negócios jurídicos processuais e terceiros	294
12. Interpretação dos negócios jurídicos processuais	298
13. As omissões negociais	301
14. Negócios jurídicos processuais “coletivos”	302
15. Casuística do Negócio Jurídico Processual	306
15.1. Calendário processual	307
15.2. Acordo sobre prazos processuais	310
15.3. Pacto de não recorrer	311
15.4. Negócios jurídicos processuais na execução	313
15.4.1. Acordos sobre a (im)penhorabilidade	313
15.4.2. Acordos para abreviar a execução	315
15.4.3. Acordos para evitar constrições judiciais ou para afastar medidas coercitivas	316
15.5. Negócios jurídicos sobre a legitimidade das partes no processo civil ..	318
15.5.1. Negócios jurídicos processuais atípicos sobre a legitimidade ..	322
15.5.2. Acordos sobre a legitimidade ativa	322

15.5.3. Acordo sobre a legitimidade passiva	326
15.5.4. Acordo para atribuição da legitimidade por fase processual.....	331
15.6. Acordo de não processar.....	333
15.7. Acordos estruturais	335
15.8. Outros negócios jurídicos processuais.....	338
CONCLUSÃO.....	343
REFERÊNCIAS	347